

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Haddad afasta-se na iminência de uma derrota

Estaria Haddad no limite do esgotamento?

Consultor junto ao mercado financeiro, o cientista político André Cesar estava absolutamente surpreso com a notícia, divulgada na manhã desta segunda-feira (16), de que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estava tirando uma semana de férias esta semana. Ainda que ele siga monitorando de longe o que acontecerá em Brasília, era uma sinalização preocupante.

Haddad sai de folga exatamente no momento em que a Câmara dos Deputados anuncia votar o pedido de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo que visa derrubar as medidas que ele vinha negociando como alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). “A impressão que passa é de que chegou perto de um clássico game over”.

Sinalização

É verdade que a análise da urgência não é a votação do mérito. Mas dará uma clara sinalização do humor da Câmara. E tudo indica que o humor é péssimo. O que, segundo André, se avalia no mercado é que Haddad tenha percebido que nada mais havia a fazer por agora.

Reclamação

E o anúncio acontece depois de o ministro reclamar, numa conversa com advogados do grupo Prerrogativas, na semana passada, da condução do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Haddad disse que era mais fácil negociar com Arthur Lira (PP-AL).

Jose Cruz/Agência Brasil



Gleisi saiu em defesa de Hugo Motta

Gleisi sai na defesa de Motta, como resposta

Na sequência das notícias do jantar de Haddad com o Prerrogativas, a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, saiu na defesa de Hugo Motta. “O relacionamento do presidente @HugoMottaPB com o governo do presidente @LulaOficial tem se caracterizado por responsabilidade e firmeza nos encaminhamentos

acordados em comum”, respondeu Gleisi nas redes sociais, contradizendo Haddad. Há uma soma de problemas que desgastam Haddad no momento, avalia André Cesar. Por um lado, não consegue mais medir o humor dos parlamentares e perde ali previsibilidade. Por outro, enfrenta essas divergências internas no governo.

Governo

Nessa linha, mesmo dentro do governo, a ausência de Haddad esta semana, não repercutiu bem, junto a setores que participam da articulação política. Embora seja uma semana encurtada pelo feriado de Corpus Christi, não sinaliza ser uma semana esvaziada.

Jogo

Por outro lado, há quem avalie que Haddad faz, de certa forma, um jogo combinado com Lula. Ao ficar à frente da negociação de pontos complicados da agenda econômica, ele assume um desgaste que, no caso, não resvala para o presidente da República.

CPMI

Além da urgência para derrubar o pacote econômico, haverá na terça-feira (17) sessão do Congresso Nacional para analisar vetos presidenciais. Mas, para além disso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deverá ler o pedido de instalação da CPMI do INSS.

Desgaste

O preço é o grande desgaste não apenas político como emocional que o avança e recua dos últimos tempos tem provocado. Mas há do ponto de vista prático outro problema: até o ano passado, mal ou bem a agenda avançava no Congresso. Isso não mais acontece.

Câmara aprova urgência para derrubar texto do IOF

Oposição critica aumento de taxaçoão como solução fiscal

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (16), a urgência para o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 314/2025 que suspende o decreto do governo que reduziu o aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mas ainda aumentou esse e outros tributos. Como estava previsto, a urgência foi aprovada com 346 votos favoráveis e 97 contrários (eram necessários 257 votos para aprovar a medida). Durante a sessão, parlamentares da oposição criticaram o fato de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter tirado férias nesta semana, em meio às negociações sobre o tributo e o ajuste fiscal. A expectativa da oposição é que a Câmara vote o PDL ainda nesta semana.

O principal argumento dos parlamentares favoráveis foi a tendência do governo de aumentar impostos em vez de cortar gastos. “O IOF é um imposto regulatório e não arrecadatório”, defendeu o líder do Novo na Câmara, Marcel Van Hattem (RS).

O líder do PT na Câmara, Lindberg Farias (RJ), defendeu que a medida visa uma taxaçoão para pessoas de uma classe social com maior renda. “Não tinha cobrança do IOF para pessoas físicas. Onde que o trabalhador, na ponta, sofre com essa medida?”, ele questionou.

De autoria do líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), o PDL 314/2025 defende que “o IOF é um imposto extrasfis-



Motta atendeu ao pedido da oposição para votar urgência

cal que somente pode ser utilizado como instrumento para controle da política econômica, inadmitindo o desejado feito arrecadatório”. “Quando uma medida fracassa, simplesmente se apresenta outra, sempre com o mesmo formato: mais arrecadação, mais exação, mais pressão – como se política tributária fosse exercício de tentativa e erro”, afirma o documento.

Negociação

Horas antes da sessão no plenário nesta segunda, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), se reuniu com a ministra de Relações Institucionais do governo, Gleisi Hoffmann, e com o ministro da Casa Civil, Rui Costa. O encontro foi uma tentativa de articulação direta com as pontes

do poder Executivo. No sábado (14), ele se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também para tratar do assunto.

Em conversa com a imprensa, pouco antes de chegar ao plenário da Casa, Hugo Motta disse que os parlamentares estão cansados de medidas que buscam elevar a arrecadação apenas levando em conta o aumento de impostos, e não o corte de gastos. “Não tem como se ter uma agenda de corte de despesa sem o Executivo entrar nesta pauta. É fundamental que o Executivo participe. O Congresso tem sido correto, aprovou tudo o que governo mandou para cá, demonstrou responsabilidade com o País”, disse Motta.

Por outro lado, a ministra

de Relações Institucionais declarou, em entrevista ao Valor Econômico, que o poder Executivo seguirá em negociações sobre o IOF. Contudo, se os congressistas continuarem no entendimento de suspender as medidas tributárias, o governo será obrigado a realizar um novo contingenciamento que pode afetar o pagamento de emendas parlamentares.

“Nós estamos acreditando que as medidas que estamos enviando sejam aprovadas, se não integralmente como estão, em sua maioria. Mas sempre caberá ao Congresso 25% do contingenciamento, porque as emendas parlamentares são parte dos recursos discricionários. Eles [parlamentares] já estão impactados com o corte que foi feito”, declarou Gleisi Hoffmann.

Governo tenta tirar lucro com discurso sobre taxar mais ricos

Por Gabriela Gallo

Com as negociações para alcançar a promessa de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Congresso Nacional analisa o projeto de lei, entregue pelo Executivo, que aumenta o limite de isenção do pagamento do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensal, a partir de 2026 (PL 1087/2025). Nesta terça-feira (17), a comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o projeto realizará, a partir das 9h30, uma audiência pública para debater sobre o tema – convocada pelo relator da medida, deputado Arthur Lira (PP-AL).

Dentre as propostas anunciadas pelo poder Executivo para compensar a perda arrecadatória está a tributação para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês (o equivalente a R\$ 600 mil por ano) em dividendos de empresas. Dividendos são uma parcela do lucro da empresa que é distribuída a seus acionistas.

Ao Correio da Manhã, a coordenadora de Jurídico e Tributário na BMJ Consultores Associados Gabriela Rosa explicou que, para o governo ter sucesso em políticas tributárias, “depende muito mais de como vai ser a estratégia de comunicação do que propriamente o impacto da política tributária”.

“O que está sendo feito é uma equalização da tributação. Então, se não tem essa dinâmica do governo usar politicamente a comunicação dessa



Lira é o relator do projeto que aumenta isenção do IR

medida, ela não tem efeito prático. E esse é precisamente um dos maiores problemas que a questão da tributação desse governo enfrentou. Uma série de medidas foram aprovadas e elas são de caráter muito técnico e não foram utilizadas em nível de comunicação de maneira de facilitar o entendimento do âmbito público”, explicou Rosa.

Estratégia

E com uma derrota do governo na aprovação da urgência do projeto que susta o decreto que aumenta a tributação do IOF, nesta segunda-feira (16), o governo reforça o discurso de aumentar a taxaçoão aos chamados super-ricos e que isso,

se não avança, é por impedimento do Congresso. Parte do governo e do Partido dos Trabalhadores avalia que a defesa da taxaçoão dos mais ricos deve gerar dividendos políticos, o que pode trazer a popularidade do governo de volta – especialmente porque pesquisas anteriores apontam que grande parte da população concorda com a ampliação da isenção do imposto de renda.

Com isso, a estratégia do governo seria passar para o Congresso o ônus da taxaçoão de dividendos, e considerando que ela seja barrada pelo Congresso, pode gerar lucros ao governo ao jogar a responsabilidade aos congressistas.

Questionada pela reportagem, Gabriela Rosa avaliou

que “essa estratégia de passar o ônus para o Congresso” é possível porque, como a tributação de dividendos vem da mesma proposta de ampliar a faixa de isenção do imposto de renda, é “uma política muito difícil dos parlamentares serem contrários”, eleitoralmente falando. “Se faz uma contra campanha dizendo: ‘Esse foi o parlamentar que votou contra a ampliação da isenção do imposto de renda, que foi contra a redução do imposto para as famílias’”, ponderou a jurista.

Todavia, em conversa com reportagem, o cientista político Márcio Coimbra avalia que o governo não será capaz de lucrar com esse projeto. “O Brasil passou a ser muito mais um país de empreendedores, a direita vendeu ao Brasil essa ideia, e o brasileiro comprou a ideia de que quem gera recursos são as empresas, são os pequenos e médios empresários”, disse.

Ainda sobre estratégias de comunicação, Coimbra ponderou que, quando o Congresso começar a discutir o aumento na tributação de dividendos, parlamentares da direita reforçará um discurso negativo à medida.

“Talvez, por exemplo num vídeo do [deputado] Nikolas Ferreira, se ele achar a narrativa correta para transmitir essa mensagem, ele pode matar o projeto no nascedouro. Eu acredito que, como a direita é melhor na criação de narrativas do discurso, pode acabar derrubando isso [a compensação]”, ponderou o cientista político.